

UMA BREVE HISTÓRIA DO ENSINO DE FILOSOFIA NO BRASIL: ALGUNS DISCURSOS EM EVIDÊNCIA

A BRIEF HISTORY OF PHILOSOPHY TEACHING IN BRAZIL: SOME DISCOURSES IN EVIDENCE

Jonathan Dalla Vechia Bugs¹

Resumo:

No Brasil, o Ensino de Filosofia se tornou um tema de pesquisa que, nos últimos vinte anos, gerou um acervo bibliográfico significativo. Atualmente, a comunidade de pesquisadores/as em Ensino de Filosofia tem afirmado a existência de um campo de conhecimento em seu nome, desde o qual se tem reivindicado a sua institucionalização como uma subárea de pesquisa da Filosofia. Nesse contexto, este artigo pergunta pelos movimentos e discussões em nome do Ensino de Filosofia que o caracterizam historicamente. Portanto, objetiva contar a história recente do Ensino de Filosofia no Brasil, mais precisamente na sua interface com a Educação Básica, relatando-a a partir de três momentos: (1) quando a Filosofia deixa de ser disciplina obrigatória no currículo do, então, segundo grau, entre as décadas de 1960 a 1980; (2) quando a LDBEN/96 reconhece a importância dos conhecimentos de Filosofia na formação escolar, na década de 1990; (3) quando a Filosofia retorna ao currículo do Ensino Médio como disciplina obrigatória. Nesse percurso, caracteriza-se as discussões em cada período considerado e conclui-se que o Novo Ensino Médio coloca ao Ensino de Filosofia uma nova demanda: refletir sobre os sentidos do ensino da Filosofia com base na aprendizagem e avaliação de competências e habilidades.

Palavras-chave: História do Ensino de Filosofia; Ensino de Filosofia; Ensinar a Filosofar.

Abstract:

In Brazil, the Philosophy Teaching has become a research topic that, over the past twenty years, has generated a significant bibliographic collection. Currently, the community of researchers in Philosophy Teaching has affirmed the existence of a field of knowledge in its name, from which its institutionalization as a research subarea of Philosophy has been claimed. In this context, this article inquires into the movements and discussions in the name of Philosophy Teaching that historically characterize it. Therefore, it aims to recount the recent history of Philosophy Teaching in Brazil, more precisely at its interface with Basic Education, reporting it from three moments: (1) when Philosophy ceased to be a mandatory discipline in the curriculum of what was then known as secondary education, between the 1960s and 1980s; (2) when the LDBEN/96 recognizes the importance of Philosophy knowledge in school education in the 1990s; (3) when Philosophy returns to the High School curriculum as a mandatory discipline. Along this path, the discussions in each period considered are characterized, and it is concluded that the New High School presents Philosophy Teaching with a new demand: to reflect on the meanings of teaching Philosophy based on the learning and assessment of competencies and skills.

Keywords: History of Philosophy Teaching; Philosophy Teaching; Teaching to Philosophize.

¹ Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jonathan.bugs@acad.ufsm.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5741666071856455>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4411-7019>.

Introdução

Atualmente está em curso no Brasil o debate em prol do reconhecimento do Ensino de Filosofia como um campo de conhecimento, desde o qual se tem reivindicado a sua institucionalização como uma subárea de pesquisa da Filosofia. As discussões implicadas nesse movimento, conforme Velasco (2023), ocorrem em três frentes: no mapeamento da bibliografia sobre o tema; na definição do estatuto epistemológico do campo/subárea; nas discussões sobre os aspectos políticos e institucionais de sua institucionalização como subárea da Filosofia, haja vista que sua produção foi construída, majoritariamente, desde os departamentos e programas de pós-graduação em Educação. Não iremos nos ocupar dessa discussão, mas assumiremos alguns de seus pressupostos.

Partiremos do posicionamento de que o Ensino de Filosofia no Brasil, além de uma prática social (pois se ensina Filosofia nas escolas, institutos, universidades e em espaços de educação não formais), se tornou um tema de pesquisa que, ao longo dos últimos vinte anos, gerou um acervo bibliográfico significativo que nos permite dizer da existência de um campo de conhecimento². Igualmente, vamos assumir a tese de Ribas (2023), mais precisamente a afirmação de que o Ensino de Filosofia é um saber constituído na interlocução entre duas áreas de conhecimento: a Educação e a Filosofia. Um campo *filosófico-educacional*³ que toma o ensino e a aprendizagem da Filosofia como um problema genuinamente filosófico e profundamente implicado e dependente das teorizações advindas da Educação.

Entendemos que há uma história que antecede esse modo de compreender o Ensino de Filosofia, constituída por momentos discursivos distintos. No registro do estatuto epistemológico da área, Ribas (2023) nos mostra que tal história é marcada, inicialmente, pela recusa do Ensino de Filosofia como problema próprio da Filosofia, sendo compreendido como objeto da Pedagogia, e, somente mais tarde, se reivindica a cidadania filosófica do Ensino de Filosofia, marcando-o como um problema genuinamente filosófico (donde comumente se fala de uma *Filosofia do Ensino de Filosofia* em detrimento do termo *Ensino de Filosofia*). Todavia, além da discussão em torno de seu estatuto epistemológico, quais são as marcas características da produção em Ensino de Filosofia no Brasil? Ou, colocando de outra maneira: quais foram/são o foco das discussões em nome do Ensino de Filosofia no Brasil que o caracterizam historicamente? Essas questões surgiram no âmbito de nossa pesquisa de doutoramento, em curso. Mais precisamente, da

² Patrícia Del Nero Velasco dedicou-se, em seu pós-doutoramento, a mapear e a catalogar a produção acadêmica acerca do Ensino de Filosofia no Brasil, considerando a produção acadêmica de 45 professores(as) pesquisadores(as) vinculados formalmente ao Grupo de Trabalho Filosofar e Ensinar a Filosofar, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia. A esse respeito, conferir Velasco (2019; 2020).

³ Ribas (2023) aciona o modo como João Boavida compreende a relação entre Pedagogia e Filosofia, cito a autora: “Em Boavida (2010), encontramos alusão à essa ideia, justamente ao defender que os problemas do ensino de filosofia não são somente problemas filosóficos, como também problemas pedagógicos. Sendo conveniente, portanto, que as resoluções filosófico-pedagógicas aos problemas pedagógicos do ensino da Filosofia considerem os conhecimentos e saberes oriundos das ciências da educação, como é o caso da discussão didática contida numa pedagogia do filosofar. De acordo com o autor, “a filosofia é vocacionalmente pedagógica e a pedagogia, na medida em que pressupõe uma relação eu - outro e é problematizadora ou susceptível de ser problematizada, é filosófica. Por outras palavras, há uma base pedagógica na filosofia do mesmo modo que há uma vocação filosófica na pedagogia (BOAVIDA, 2010, p. 21)” (2023, p. 192).

necessidade de delimitar e caracterizar o discurso do Ensino de Filosofia a ser analisado⁴.

Considerando esse contexto, apresentamos a seguir os principais movimentos e debates em prol do Ensino de Filosofia no Brasil. Trata-se de contar uma história. A história dos acontecimentos que possibilitaram, no tempo presente, reivindicarmos o Ensino de Filosofia como campo de conhecimento e subárea de pesquisa. Iremos contar essa história no contexto mais amplo da história da educação brasileira recente, relatando-a a partir de três momentos que fomentaram as discussões acerca do ensino da Filosofia na Educação Básica, especialmente acerca de sua presença no currículo do Ensino Médio brasileiro. Faremos isso a partir de nossa leitura de alguns clássicos do Ensino de Filosofia, bem como da narrativa de pesquisadores/as renomados da área acerca de fragmentos dessa história contada em alguns capítulos, prefácios ou apresentações de livros dedicados à temática (tais como: Kohan e Gallo, 2000; Gallo, Cornelli e Danelon, 2003; Horn, 2009; Rodrigo, 2009; Tomazetti, 2012; entre outros/as).

O primeiro momento aqui considerado ocorreu no contexto das reformas educacionais das décadas de 1960 a 1980, ocasião em que assistimos a expansão do direito ao acesso à escola e do contingente de estudantes que advinham de camadas populares, que até então não tinham acesso à educação escolar. Nesse mesmo período, a Filosofia foi posta como disciplina optativa e depois retirada do currículo do então segundo grau. O segundo momento ocorreu no contexto de construção e instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, ocasião em que se estabeleceu, por um revés político, a necessidade de que os/as estudantes tivessem domínio dos conhecimentos de Filosofia (e Sociologia) necessários ao exercício da cidadania, mas, disso não se seguiu a obrigatoriedade da disciplina. O terceiro momento, por fim, ocorreu no contexto do retorno da Filosofia (e da Sociologia), em 2008, como disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio.

A separação desses momentos não deve ser compreendida como uma delimitação histórica estrita, como se não houvesse elementos de continuidade ou antecipação entre eles. Antes, trata-se de um recurso didático para dizer do que foi ou é, conforme a nossa leitura, a marca de cada um desses períodos ou acontecimentos. Não abordar em profundidade as políticas educacionais ou o contexto que as engendraram, mas, tomando-as como referência no nível de um acontecimento, apontar as discussões sobre o ensino da Filosofia em voga em cada um dos momentos mencionados anteriormente.

A apologia do Ensino de Filosofia

Como muitas coisas em uma sociedade desigual, a formação escolar nem sempre foi para todos/as. Por muito tempo em nossa história, o acesso à escola pública brasileira foi restrito às camadas mais abastadas da população. Portanto, chegavam à escola um grupo seleto de estudantes, que além das condições materiais para se dedicar aos estudos, detinham um certo capital cultural que facilitava o processo de ensino nos moldes tradicionais. Esse cenário perdurou,

⁴ A referida pesquisa persegue a hipótese de que há relações de proximidade entre os discursos da Pedagogia das Competências e do Ensino de Filosofia, no Brasil, como atividade do filosofar desde a escola. Portanto, busca analisar os enunciados que constituem o discurso da Pedagogia das Competências que articulam possíveis relações de proximidade com o discurso do Ensino de Filosofia no Brasil.

mais ou menos, até a década de 1960, em ocasião da primeira LDBEN/1961, e foi se transformando nas décadas seguintes. Uma série de políticas públicas educacionais, imbuídas da intenção de qualificar a força de trabalho brasileira aos moldes do capital, expandiu gradualmente o acesso a escola pública às camadas da população que antes não tinham acesso a ela. Consequentemente, a escola passou a receber um outro perfil de estudantes, teve suas finalidades formativas mudadas e passou a enfrentar novos desafios.

Na esteira dessas mudanças político-educacionais, em que um número maior de crianças, adolescentes e jovens passaram a acessar a escola, a disciplina Filosofia foi paulatinamente retirada do currículo escolar em nível nacional ao longo dos anos de 1960 a 1970. E mesmo depois, na década de 1980, quando foi decretada a possibilidade de a Filosofia ser ofertada como disciplina novamente, tratava-se de uma oferta opcional que ficou à cargo das vontades, por vezes poucas, das Secretarias Estaduais de Educação e/ou das unidades escolares. Renomados/as pesquisadores/as do Ensino de Filosofia (Gallo; Kohan, 2000; Tomazetti, 2012; Horn, 2009) caracterizam as discussões e movimentos em torno do Ensino de Filosofia na época como um movimento de defesa da Filosofia enquanto disciplina escolar, em prol de seu valor formativo e de seu retorno ao currículo da escola básica.

Todavia, não foi uma discussão tranquila ou reflexo de um consenso da comunidade filosófica da época. Segundo relato de Silvio Gallo, no prefácio do livro *Territórios da Prática Filosófica*, (Org. Tomazetti e Gallina, 2009) organizado por Elisete Medianeira Tomazetti e Simone Freitas da Silva Gallina (2009), havia nos departamentos universitários de Filosofia professores contrários ao seu ensino na Educação Básica. Apesar das discordâncias, professores/as e pesquisadores/as implicados/as com a pauta se reuniram em associações e produziram manifestos, cartas, moções com o objetivo de explicitar para a sociedade e para os dirigentes do Estado a importância da Filosofia na formação dos/as estudantes⁵. Portanto, a defesa do valor formativo da Filosofia e a reivindicação de seu ensino é a marca da literatura e dos movimentos sociais em prol do Ensino de Filosofia das décadas de 1960 a 1990.

Apesar de essa ser a característica que marca as discussões no período mencionado, não significa que não havia outros debates sobre o ensino da Filosofia. Data desse mesmo período um importante texto escrito por Franklin Leopoldo e Silva, publicado em 1986, intitulado *História da Filosofia: Centro ou Referencial?* Entre nós, no âmbito do discurso acadêmico brasileiro, esse texto inaugurou uma outra possibilidade de compreender o papel e a relação com a História da Filosofia em vistas de seu ensino. A inscrição desse texto no nível de um acontecimento discursivo nos dá pistas do modo como se concebia o ensino da Filosofia até então. Pois, na compreensão geral naquele momento (e, talvez, ainda persista no imaginário de algumas pessoas nos dias de hoje), ensinar Filosofia consistia em ensinar a sua história apenas. Para tanto, bastava saber/conhecê-la para, então, ensiná-la. Nesse contexto, o pensamento sobre o ensino em nome da Filosofia consistia na transmissão de informações históricas e conceituais em que se situavam os filósofos (e algumas filósofas, talvez?) e os problemas com os quais se ocuparam, bem como seus argumentos e conceitos.

⁵ A título de documentação e exemplo do afirmado acima, indico conferir os anexos do livro *Ensinar Filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos*, do professor Geraldo Balduino Horn (2009). O autor anexa algumas cartas, moções e projetos de lei que não vingaram, que demonstram o espírito de defesa do ensino da Filosofia desde a escola.

Ribas (2023) compreende que o referido texto de Leopoldo e Silva (1986) oferece importantes contribuições quanto ao lugar da história da Filosofia no que diz respeito a discussão sobre o que se ensina em nome da Filosofia.

As posições apontadas por Leopoldo e Silva (1986, p. 156) de que na filosofia não existiriam soluções cristalizadas aos problemas e muito menos procedimentos que tenham triunfado como mais ou menos definitivos, embora existam conceitos, atitudes, personalidades e métodos que determinam para os problemas certas direções, ajudam a problematizar a abordagem de centralidade da história da filosofia em respeito ao seu ensino. Ao figurar como centro a filosofia fica dependente de focalizar os sistemas e autores na ordem histórica de seu desenvolvimento, ao passo que, ao ocupar a posição referencial, assume-se uma abordagem que privilegia o ensino de temas e problemas filosóficos. O que, ao pensar no ensino escolar, auxilia no processo de promover experiências de pensamento com os sujeitos escolares e não somente levar a esses sujeitos informações para criar um determinado repertório filosófico. (Ribas, 2023, p. 107).

Talvez, a principal contribuição do texto em questão tenha sido colocar na ordem do discurso a possibilidade de deslocar a história da Filosofia do centro do processo educativo, e tomá-la como referência em prol de um ensino outro de Filosofia, conforme mencionado por Ribas (2023) no fragmento acima. Isso nos conduz ao segundo momento referido anteriormente. No contexto dos anos de 1990, a demanda pelo retorno da Filosofia ao currículo do Ensino Médio havia sido acolhida, inicialmente, no âmbito da construção da LDBEN/1996. Porém, o projeto inicial da referida lei, que inseriu Filosofia e Sociologia como componentes curriculares obrigatórios, não foi instituído. No lugar de disciplina obrigatória, estabeleceu-se a necessidade de que ao final da formação na Educação Básica, os/as estudantes tivessem domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

A demanda de fundamentos teórico-conceituais e retorno da disciplina

O fato de a LDBEN de 1996 reconhecer o papel formativo da Filosofia e não estabelecer a necessidade de uma disciplina, gerou um duplo movimento que caracteriza as discussões sobre o Ensino de Filosofia a partir dos anos 1990. Trata-se de uma dupla demanda: 1) pelo retorno da Filosofia ao currículo, argumentando acerca da necessidade de uma disciplina própria para dar conta de ensinar aos estudantes os conhecimentos de Filosofia; 2) de construção de fundamentação “[...] teórico-conceitual, em torno da busca de sustentação filosófica da necessidade, atualidade e relevância do ensino da Filosofia na educação básica” (Gallo, 2009, p. 13 *In*: Tomazetti; Gallina, 2009).

Conforme Tomazetti (2012, p. 88)⁶, a defesa do retorno da Filosofia no pós-LDBEN/96 argumentava acerca da possibilidade de a disciplina contribuir para a formação de estudantes “[...] conscientes e críticos, com condições de

⁶ A autora tomou como materialidade de análise a produção discursiva resultante dos encontros do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia aconteceu anualmente de 2001 a 2010. Foi organizado pelo Fórum Sul de Cursos de Filosofia da Região Sul do Brasil. Conforme Tomazetti (2012), participavam do Simpósio professores/as de Filosofia, universitários e da escola básica, estudantes de graduação em Filosofia e de pós-graduação em Educação e Filosofia, cujo objetivo era pensar e articular o retorno da obrigatoriedade da disciplina de Filosofia no currículo da Educação Básica, bem como pensar a formação de professores/as de Filosofia.

exercer sua cidadania [...]”, bem como para o “[...] desenvolvimento da capacidade argumentativa e de habilidades de leitura e escrita, entre outros.”. Ao se referir a literatura resultante dos encontros do Simpósio Sul-Brasileiro sobre Ensino de Filosofia (2001-2010), participe desse segundo momento de discussões sobre o Ensino de Filosofia no Brasil, Tomazetti (2012) também marca o duplo movimento mencionado anteriormente. A autora afirma que, naquele contexto, se compreendeu que a demanda pela obrigatoriedade da disciplina não esgotava os desafios implicados no Ensino de Filosofia. Também se fazia necessário refletir sobre o que se compreende por ensinar Filosofia, qual sua especificidade, sobre quais bases teóricas, didáticas e metodológicas se fundamentaria tal ensino no contexto da escola brasileira, à qual se reivindicava seu retorno.

Procurava-se discorrer sobre outro sentido para esse ensino, que, ao fim, pudesse apresentar-se como uma saída para os graves problemas encontrados nas escolas no que tange ao ensino e à aprendizagem. A entrada e a permanência na ordem do discurso que legitimou a importância da Filosofia e de seu retorno às escolas tiveram, então, como corolário, a afirmação de outro enunciado – ensinar Filosofia é ensinar a filosofar (Tomazetti, 2012, p. 95).

Compreendemos que a década de 1990, pelos acontecimentos políticos e educacionais mais amplos, ocasionou o duplo movimento em prol do Ensino de Filosofia mencionado anteriormente, mas que é a partir dos anos 2000 que emerge a literatura que dá vida ao enunciado identificado por Tomazetti (2012), acerca do que se ensina e aprende quando se ensina e aprende Filosofia. O que não significa que antes disso não havia publicações e discussões nesse sentido; que podem ser lidas como proveniências de um discurso. A afirmação de que ‘ensinar Filosofia é ensinar a filosofar’ resulta de um movimento comprometido de reflexão e trabalho teórico sobre a natureza da própria Filosofia e do esforço em fundamentar o seu ensino como um problema genuinamente filosófico. Por essa razão, Tomazetti (2012, p. 95) afirma que o enunciado do filosofar não se constitui em uma unidade de sentido: “[...] pois, em seus escritos, cada autor discorre sobre sua concepção de Filosofia, da qual decorre uma compreensão específica acerca do ensinar a filosofar.”.

Esse modo de compreender o objeto do ensino da Filosofia rompe com o pressuposto de um ensino tradicional, centrado simplesmente na transmissão de teorias e informações históricas dos filósofos/as. Na história do Ensino de Filosofia no Brasil, significou romper com a perspectiva de que para ensinar a Filosofia bastava saber História da Filosofia para transmiti-la aos estudantes, a quem competia assimilá-la e reproduzi-la nas avaliações. O imperativo do ensinar a filosofar compreende que a Filosofia é mais do que um aglomerado de informações (conceitos, argumentos, problemas). Antes, é uma atividade, uma atitude perante a vida e as questões e problemas que lhe são inerentes, donde resultaram, e resultam ainda em nossos dias, os inúmeros sistemas, argumentos e conceitos filosóficos em nossa história.

Nesse contexto, pensar o ensino da Filosofia requer dos/as professores/as um posicionamento acerca do que se compreende por Filosofia; uma vez que ruiu a noção de sua universalidade e passou-se a admitir ser mais adequado dizer da existência de Filosofias. O professor Celso Favaretto, em 1993, já sinalizava algo nesse sentido:

A escolha do programa, por ser este necessariamente aberto, requer do professor a determinação clara da imagem de Filosofia que ele visa efetivar com os alunos. Portanto, não se trata apenas, e nem em primeiro lugar, da opção por conteúdos (informações, rede conceitual, problemas), mas daquilo que possa garantir a entrada nos procedimentos filosóficos; isto é, produção da familiaridade com um modo de linguagem que articula fabricação de conceitos, argumentação, sistematicidade e significação (Favaretto, 1993, p. 78 *apud* Arantes *et al.*, 1993).

No entanto, é nas décadas seguintes que veremos a emergência de uma significativa literatura que se ocupou de fundamentar e desenvolver tal perspectiva e, com ela, o imperativo do filosofar como objeto do ensino da Filosofia na escola; inclusive, pensando a Filosofia para/com crianças⁷. Nos primeiros anos da década de 2000, o modo como se passou a pensar o Ensino de Filosofia, materializado na literatura da época, é construído em diálogo com pesquisadores/as de quatro países: França, Itália, Uruguai e Argentina. Esse diálogo influenciou a produção brasileira acerca do Ensino de Filosofia. Ribas (2023) refere-se a esse diálogo, no contexto do ‘evento de Piracicaba’⁸, nos termos de influências epistemológicas advindas dos modos como se pensava o Ensino de Filosofia nesses países. Não iremos explorar tal diálogo, mas queremos fixar a ideia de que o enunciado que afirma o filosofar como objeto do ensino da Filosofia se construiu em diálogo ou sob a influência de colegas argentinos e uruguaios. Com influência maior, naquele momento, dos professores argentinos Guillermo Obiols e Alejandro Cerletti.

Ainda nesse contexto, registramos a criação, em 2005, do Grupo de Trabalho Filosofar e Ensinar a Filosofar, da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). Ribas (2023, p. 76) afirma que a criação do GT evidencia a história de luta pela presença da Filosofia na educação escolar, bem como em prol do “[...] reconhecimento de uma temática – historicamente considerada sem fundamentação filosófica suficientemente elaborada – como um problema genuinamente de natureza filosófica.”. O GT Filosofar e Ensinar a Filosofar se tornou o lócus em que se reúnem os/as professores/as e pesquisadores/as do Ensino de Filosofia no Brasil, cujos membros e participantes foram e são os/as responsáveis por significativa parcela da produção teórica do campo do Ensino de Filosofia, bem como lideram o movimento pelo seu reconhecimento enquanto campo de conhecimento e subárea de pesquisa.

⁷ A título de exemplo, podemos citar a coleção *Filosofia na Escola*, da editora Vozes, coordenado por Walter Omar Kohan e Ana Mírian Wuensch. A coleção publicou sete títulos publicado entre 1999 e 2003: 1) Filosofia para crianças: a tentativa pioneira de Matthew Lipman; 2) Filosofia para crianças na prática escolar; 3) Filosofia e infância: possibilidade de um encontro; 4) Filosofia para crianças em debate; 5) Filosofia na escola pública; 6) Filosofia no ensino médio; 7) Filosofia do ensino de filosofia.

⁸ O ‘evento de Piracicaba’ refere-se ao I Congresso Brasileiro de Professores de Filosofia, realizado na Universidade Metodista de Piracicaba, na cidade de Piracicaba, São Paulo, entre os dias 5 e 8 de novembro de 2000. O evento contou com a participação de professores/as pesquisadores/as da Argentina, Uruguai, França e Itália. Teve como objetivo “[...] explorar, filosoficamente, a didática do ensino de filosofia em seus vários níveis, gerar espaços para troca de experiências entre professores atuantes em todo o país e explorar novas possibilidades teóricas e metodológicas para pensar e praticar o ensino de filosofia [...]” (Cornelli, 2003, p. 9 *In*: Gallo; Cornelli; Danelon, 2003).

A obrigatoriedade da disciplina e as didáticas e metodologias específicas

O percurso histórico de acontecimentos e discussões, brevemente apresentado até aqui, possibilitou a emergência do terceiro momento das discussões e produções em Ensino de Filosofia no contexto brasileiro. Trata-se do retorno, em nível nacional, da Filosofia como disciplina obrigatória nas três séries do Ensino Médio, por força da Lei 11.684/2008. E com ele, a inclusão da Filosofia ou a ampliação de seu espaço em uma série de políticas e programas educacionais, tais como: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); os vestibulares de acesso ao Ensino Superior; o Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD); o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Concomitantemente, é nesse terceiro momento que teremos a publicação dos primeiros livros brasileiros de didática e metodologia de ensino específicos da Filosofia, bem como outras obras e discussões que se ocuparam do ensino e aprendizagem da Filosofia no contexto escolar, considerando os elementos implicados nesse contexto: o que ensinar e aprender, como ensinar, para quem, onde, porque, com quais objetivos/finalidades, o que avaliar, como avaliar etc.

Todavia, isso não significa que antes desse período não houve entre nós literatura que se ocupou dessas questões. Anterior a 2008, há a tradução e publicação no Brasil do livro *Uma introdução ao ensino da filosofia*, do professor argentino Guillermo Obiols (2002). No referido livro, Obiols apresenta um panorama histórico do ensino da Filosofia na Argentina, bem como buscou fundamentar teoricamente o ensino da Filosofia desde a própria Filosofia, apresentando a perspectiva acerca do ensino da Filosofia de nomes como Kant, Hegel, Descartes, Nietzsche, Kierkegaard e outros. Mas, também, apresenta um 'modelo geral formal para o ensino de Filosofia' com base em três pressupostos advindos da Pedagogia: 1) há conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais a serem ensinados em Filosofia – teoria dos conteúdos, de César Salvador Cool; 2) assume o construtivismo como teoria da aprendizagem para a aula de Filosofia; 3) o/a professor/a atua de modo crítico na construção da intencionalidade filosófico-pedagógica para o ensino da Filosofia no contexto escolar.

O fato a ser demarcado, é que com a obrigatoriedade da disciplina Filosofia no currículo do Ensino Médio, as discussões acerca de seu ensino se ampliaram e ganharam maior respaldo institucional (nas escolas e nas universidades). Pensar, fundamentar e organizar as questões do ensino da Filosofia no contexto da escola brasileira, bem como a formação (inicial e continuada) de professores/as de Filosofia, deixou de ser um tema apenas de interesse ou sobre o qual os/as sujeitos se posicionam favoráveis ou contrários: passou a ser normativa de Estado. Um imperativo legal para o qual os/as sujeitos envolvidos/as (nos departamentos universitários, nas escolas ou Secretarias Estaduais de Educação) foram impelidos à reflexão, discussão e organização das condições necessárias para a efetividade de tal disciplina.

Assim, se os dois momentos anteriores foram caracterizados pela luta em prol do retorno da disciplina ao currículo do Ensino Médio e pela sua fundamentação teórico-conceitual, podemos pensar como marca característica desse terceiro momento as discussões em torno de didáticas e metodologias específicas da Filosofia⁹. Isto é, marcado por reflexões e teorizações voltadas a

⁹ Menciono, novamente, a ressalva: a afirmação de que cada momento dos quais vimos apresentando tem uma marca característica não significa afirmar que as discussões que os caracterizam são restritas apenas a esses momentos. Tanto é verdade que a pretensão e discussão

orientar ou inspirar as práticas de ensino em nome da Filosofia. Nesse sentido, podemos citar o primeiro livro brasileiro de didática da Filosofia, intitulado *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio*, de Lídia Maria Rodrigo, publicado em 2009. No mesmo contexto, podemos citar outros títulos, todos publicados em 2009: *Ensinar Filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos*, de Geraldo Balduino Horn; *Ensinar filosofia: um livro para professores*, de Renata Lima Aspis e Sílvio Gallo; *Territórios da Prática Filosófica*, organizado por Elisete Medianeira Tomazetti e Simone Freitas da Silva Galina; A tradução e publicação do livro *O ensino de filosofia como um problema filosófico*, do argentino Alejandro Cerletti. Há também o livro intitulado *Metodologia do ensino de filosofia: uma didática para o ensino médio*, de Sílvio Gallo (2012).

Uma constante nas discussões desse período, presente na literatura mencionada (mas também em alguns textos do início dos anos 2000), direta ou indiretamente, diz respeito ao que se ensina e aprende quando se ensina e aprende Filosofia. Essa discussão emerge da busca de fundamentos filosóficos para o ensino da Filosofia e, conforme Ribas (2023), pode ser traduzida pelo falso dilema conhecido como Kant *versus* Hegel¹⁰. Por algum tempo, as afirmações de ambos os autores acerca da questão foram interpretadas como antagônicas e utilizadas para fundamentar posições que cindiram o objeto de ensino e aprendizagem da Filosofia. De um lado a defesa do exercício de pensamento por conta própria, do ‘filosofar’ hostil a história da Filosofia, que deu respaldo para pensar (e praticar) a aula de Filosofia como debate de temas de interesse dos/as estudantes ou centrada no desenvolvimento de habilidades cognitivas e algumas atitudes ‘filosóficas’ sem um compromisso com as filosofias que as geraram (Gallo; Kohan, 2000; Aspis, 2009). Doutra lado, o contrário, a defesa da impossibilidade do filosofar e da possibilidade única de ensinar a Filosofia produzida pelos grandes filósofos (a história da Filosofia), respaldando o pressuposto (e a prática) de que a aula de Filosofia consistiria em transmitir sua história como única possibilidade para o ensino da Filosofia.

Obiols (2002) defende o argumento de que não há um antagonismo entre a argumentação de Kant (ensinar a filosofar) e Hegel (ensinar a história da Filosofia) quanto ao ensino e aprendizagem da Filosofia, pois ambos concordariam que não é possível filosofar descolado da história da Filosofia e nem haveria qualquer história para a Filosofia sem o exercício mesmo de filosofar. Portanto, conforme o autor, qualquer ensino da Filosofia que se pretenda filosófico deve consistir em ensinar e fazer aprender, de modo inseparável e sem dispensar nenhuma das partes, tanto as filosofias quanto o exercício do filosofar.

A afirmação de que o ensino da Filosofia não deve se limitar à transmissão de sua história, das teorias, conceitos e métodos desenvolvidos pelos/as filósofos/as, mas abranger a dimensão de uma atividade, tem uma consequência prática para as aulas de Filosofia. Seguindo Obiols (2002), não há ‘conteúdo’ para o

em torno da fundamentação teórico-conceitual do Ensino de Filosofia é uma constante até hoje na discussão do campo de conhecimento, bem como, mesmo após a institucionalização da disciplina no Ensino Médio, é possível afirmar a existência da demanda e luta pela ampliação dos espaços institucionais para o Ensino de Filosofia que ultrapassem a última etapa da Educação Básica: adentrem o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

¹⁰ Não iremos apresentar a argumentação de Kant e Hegel e os termos sob os quais se constituem em um falso dilema. Essa é uma questão superada na área do Ensino de Filosofia, há uma vasta literatura que se ocupou da questão. Portanto, sugerimos como leitura a quem interessar: Obiols (2002) e Rodrigo (2009).

ensino e aprendizagem da Filosofia sem o filosofar, do mesmo modo que não é possível ensinar e aprender a filosofar sem Filosofia (os problemas, temas, conceitos, argumentos, os quais aqueles/as que filosofaram antes de nós se ocuparam e produziram). Operacionalizar o imperativo do filosofar e ensinar a filosofar requer alguns deslocamentos em relação ao modo tradicional de compreender e organizar a aula de Filosofia (que não pode mais limitar-se a transmissão de informações). Requer que o/a docente se coloque em relação com a Filosofia e possibilite aos/as estudantes o mesmo, que saiam da posição de mera passividade e aprendam, com as Filosofias produzidas ao longo da história, a filosofar.

Portanto, a literatura do Ensino de Filosofia, que emerge nesse contexto, chama a atenção para os desafios do perfil da escola contemporânea e dos sujeitos da aprendizagem, bem como para a necessidade de se considerar um ensino da Filosofia que não se restrinja a transmissão de sua história e que seja ele mesmo filosófico. Nisso, nota-se um deslocamento de uma didática para ensinar Filosofia – compreendida como uma série de recursos que auxiliariam o/a professor/a a explicar as teorias dos/as filósofos/as – para a noção de didáticas da Filosofia, que supõe o ensino da atividade filosófica propriamente: o filosofar desde a própria Filosofia ou Filosofias. É o que Ribas (2024) afirma no fragmento abaixo ao caracterizar a literatura do Ensino de Filosofia que sustenta o filosofar como finalidade:

Ação. Movimento. Prática. Atitude. Atividade. Afetação. Exercício. Experiência. Criação. Essas são expressões que podem indicar a tônica acerca das compreensões de ensinar filosofia no Brasil. Ressalta-se que a filosofia transformada em verbo sinaliza uma práxis e uma relação. Trata-se, pois, conforme mencionamos na subseção anterior, de ensinar a filosofar, e para tal é indispensável a percepção de que a aula de filosofia almeja o estabelecimento de uma certa relação dos(as) estudantes com os problemas filosóficos. Não basta, nessa perspectiva, a apreensão de conteúdos ou temas da filosofia. Requer-se que o espaço da aula possa funcionar como um laboratório em que a experiência realizada diz de uma experiência filosófica no pensamento. Assim, entende-se a necessidade de construir o ato educativo a partir de temas e problemas que ofereçam a singular possibilidade de os(as) estudantes se experimentarem filósofos(as), atualizando os problemas filosóficos do passado aos seus próprios problemas e anseios (Ribas, 2024, p. 112-113).

Nesse sentido, a produção teórica brasileira acerca das didáticas e metodologias da Filosofia argumenta sobre a necessidade de planejar/organizar a aula de Filosofia em que os/as estudantes sejam capazes de compreender as teorias, os problemas, os conceitos e os métodos filosóficos, bem como tenham a possibilidade de se experimentar filósofos/as, pensando com ou a partir das Filosofias e filósofos/as. Os/as teóricos das didáticas e metodologias filosófica, desde suas filiações teóricas, pensam a aula de Filosofia a partir de alguns momentos ou processos de ensino e aprendizagem, tais como: sensibilização, problematização, argumentação, investigação e conceituação. Trata-se dos três aspectos formais da aprendizagem filosófica (problematizar, conceituar e argumentar), descritos por Lídia Maria Rodrigo (2009), bem como dos quatro passos didáticos (sensibilizar, problematizar, investigar, conceituar) para o ensino da Filosofia como (re)criação de conceitos, de Sílvio Gallo (2012).

Grosso modo, esses processos podem ser compreendidos como momentos que competem aos professores/as de Filosofia no trabalho docente de conduzir

os/as estudantes ao exercício do filosofar, desde problemas/temas que os/as coloquem em contato com as Filosofias, os textos filosóficos ou com a leitura filosófica de textos não filosóficos. Eles dizem da necessidade de sensibilizar os/as estudantes para que se envolvam na aula, criando alguma identificação entre eles/as e o tema-problema. Também dizem da necessidade de contextualizar os conceitos, argumentos e problemas filosóficos, reconstruindo-os com os/as estudantes (problematização). Também buscam construir com eles/as uma atitude de investigação na história da Filosofia sobre os modos e conceitos utilizados pelos/as filósofos/as na elaboração e respostas aos problemas filosóficos em questão. A partir disso, espera-se dos/as estudantes que argumentem, apresentem suas compreensões e modos de pensar acerca dos temas em pauta, que os conceituem.

Considerações finais ou sobre uma nova demanda

Nos três momentos brevemente narrados até aqui, as discussões e produções sobre o ensino da Filosofia se fizeram com relativa liberdade institucional, em relação às questões de currículo e finalidades formativas na Educação Básica¹¹. Decerto que tínhamos Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) que estabeleceram alguns princípios pedagógicos e definições para a formulação dos currículos. Todavia, até então, não havia uma política nacional de currículo de caráter normativo. Isso começa a mudar a partir da institucionalização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Básica, finalizada em 2018. Desde então, os Estados e Municípios têm a incumbência de reformular seus referenciais curriculares com base na BNCC, que prescreve o que ensinar/aprender em cada etapa da Educação Básica e, por conseguinte, em cada área do conhecimento e componente curricular.

A construção da BNCC teve início em 2014, no interior do Ministério da Educação, e sofreu as influências políticas mais amplas resultantes do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. Nesse contexto, assistimos à imposição da reforma do Ensino Médio (MP 746/2016; Lei 13.415/2017) que flexibilizou o lugar da disciplina Filosofia, caracterizando-a como estudos e práticas. Juntas, a BNCC/EM e a reforma dão vida ao Novo Ensino Médio, inaugurando uma nova demanda para o ensino da Filosofia.

Inicialmente, a reforma do Ensino Médio movimentou os/as professores/as e pesquisadores/as em direção a uma defesa da permanência da Filosofia como disciplina obrigatória nas três séries da última etapa da Educação Básica, haja vista que a política de flexibilização curricular, característica da reforma em questão, revogou a obrigatoriedade da disciplina. Logo em seguida, as proposições da BNCC/EM desafiaram, e desafiam, professores/as e pesquisadores/as a pensar o sentido do ensino da Filosofia no contexto da linguagem das competências, sobretudo na sua participação no desenvolvimento das competências e habilidades genéricas da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

¹¹ Uma liberdade relativa por dois motivos. Primeiro, porque havia Estados que estabeleceram um referencial curricular prescritivo. No entanto, trata-se de políticas contextuais e heterogêneas se consideradas em nível nacional. Segundo, porque havia uma finalidade, bastante ampla, mas que direcionava o papel da Filosofia no Ensino Médio: contribuir para a formação da cidadania dos/as estudantes, para o seu exercício pleno no âmbito do trabalho e da vida.

Nesse sentido, é possível encontrar manifestos, cartas abertas e literatura acadêmica que se ocupou de descrever, analisar e problematizar esse cenário e suas incidências sobre o ensino da Filosofia no Ensino Médio. A título de exemplo, podemos citar: a carta *Sem Filosofia não tem Base* (2021), escrita pelo núcleo de estudos da Educação Básica do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar; os artigos *Raspas e restos de Filosofia na BNCC-EM: trampolim para uma ética como experimentação*, bem como *Espólios filosóficos na Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio: a dimensão ética*, ambos publicados por Ester Maria Heuser e Adriana Munis Diaz, em 2020 e 2021 respectivamente; o texto *os desafios para o ensino da filosofia no brasil: um recorte a partir do novo ensino médio*, de minha autoria, publicado como capítulo de livro resultante do V Encontro Nacional ANPOF Educação Básica de 2023 (in: NASCIMENTO; VELASCO; CARVALHO, 2023); o livro intitulado *A presença da Filosofia no Novo Ensino Médio*, do professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento, publicado em 2023.

Hoje sabemos que a Filosofia permaneceu como disciplina obrigatória no currículo do Novo Ensino Médio em todos os Estados brasileiros, mas não sem prejuízos. Em vários Estados, como Rio Grande do Sul, Goiás, Acre, Espírito Santo e outros, a disciplina perdeu carga horária, bem como sua presença nas três séries do Ensino Médio. É o que mostra o levantamento feito pelo professor Christian Lindberg Lopes do Nascimento (2023) no livro supracitado. Portanto, na atualidade, em prol do ensino da Filosofia, há, novamente, a luta pela retomada de seu espaço no currículo do Ensino Médio, pautando sua obrigatoriedade, em nível nacional, nas três séries da última etapa da Educação Básica, bem como a sua ampliação para as demais etapas, como Ensino Fundamental e Educação Infantil. Além disso, como mencionado acima, os/as professores/as de Filosofia, bem como pesquisadores/as do Ensino de Filosofia têm se dedicado a analisar esse novo cenário educacional a fim de problematizar, pensar e construir possibilidades para o ensino da Filosofia apesar do Novo Ensino Médio (leia-se: da Lei 13.415/2017 e da proposta genérica de formação prescrita pelas competências e habilidades da BNCC/EM).

Referências

ARANTES, Paulo; LEOPOLDO E SILVA, Franklin; FAVARETTO, Celso; FABRINI, Ricardo; MUCHAIL, Salma. **A filosofia e seu ensino**. São Paulo: EDUC, 1993. (Coleção Eventos).

ASPIS, Renata Lima. Problematizações de Alguns Pressupostos do Ensino de Filosofia para Jovens. 2009. In: TOMAZETTI, Elisete Medianeira; GALLINA, Simone Freitas da Silva. **Territórios da Prática Filosófica**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

ASPIS, Renata Lima; GALLO, Sílvio. **Ensinar filosofia: um livro para professores**. São Paulo: Atta Mídia e Educação, 2009.

BUGS, Jonathan Dalla Vechia. **A Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio: implicações para o Ensino da Filosofia**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021.

BUGS, Jonathan Dalla Vechia. Os desafios para o ensino da filosofia no Brasil: um recorte a partir do novo ensino médio. 2023. In: NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do; VELASCO, Patrícia Del Nero; CARVALHO, Flávio (Org.). **V Encontro Nacional Anpof Educação Básica: a filosofia e o seu ensino**. Rio de Janeiro: NEFI, 2023.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar. Crítica de alguns lugares-comuns ao se pensar a filosofia no Ensino Médio. 2009. In: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar (Org.). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000 (Coleção filosofia na escola).

GALLO, Sílvio; CORNELLI, Gabriele; DANELON, Márcio. **Filosofia do Ensino de Filosofia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003 (Coleção filosofia na escola).

GALLO, Sílvio. **Metodologia do ensino de Filosofia: uma didática para o ensino médio**. Campinas: Papirus, 2012.

GT FILOSOFAR E ENSINAR A FILOSOFAR – ANPOF. **SEM FILOSOFIA NÃO TEM BASE**: Carta do GT Filosofar e Ensinar a Filosofar sobre a BNCC. 2021. Disponível em: <https://www.anpof.org.br/comunicacoes/notas-e-comunicados/sem-filosofia-nao-tem-base--carta-do-gt-filosofar-e-ensinar-a-filosofar-sobre-a-bncc>. Acesso em: 04 mar. 2024.

HEUSER, Ester Maria; DIAS, Adriana Muniz. Raspas e restos de Filosofia na BNCC-EM: trampolim para uma ética como experimentação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 123-134, out./dez., 2020.

HEUSER, Ester Maria; DIAS, Adriana Muniz. Espólios filosóficos na Base Nacional Comum Curricular – Ensino Médio: a dimensão ética. **Conjectura: Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, v. 26, p. 1-29, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18226/21784612.v26.e021033> . Acesso em: 19 jan. 2024.

HORN, Geraldo Balduino. **Ensinar filosofia: pressupostos teóricos e metodológicos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

NASCIMENTO, Christian Lindberg Lopes do. **A presença da Filosofia no Novo Ensino Médio**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino da filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

RIBAS, Jéssica Erd. **A construção do discurso do Ensino de Filosofia no Brasil: uma analítica acerca da constituição epistemológica do campo**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2023.

RODRIGO, Lidia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o ensino médio. Campinas: Autores Associados, 2009.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira. Produção discursiva sobre ensino e aprendizagem filosófica. **Educar em Revista**, Paraná, n. 46, p. 83-98, out./dez. 2012.

TOMAZETTI, Elisete Medianeira; GALLINA, Simone Freitas da Silva. **Territórios da Prática Filosófica**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

VELASCO, Patrícia Del Nero. Ensino de filosofia como campo de conhecimento: brevíssimo estado da arte. **Revista Estudos de Filosofia e Ensino**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2019.

VELASCO, Patrícia Del Nero. **Filosofar e ensinar a filosofar**: registros do GT da Anpof 2006-2018. Rio de Janeiro: NEFI, 2020 (Coleções; 4).

VELASCO, Patrícia Del Nero. Objeções e (contra-)argumentos à institucionalização do ensino de filosofia como subárea de pesquisa filosófica. **Philosophos**, Goiânia, v. 28, n. 2, p. 1-41, jul./dez. 2023.

Recebido em: 03/2024
Aprovado em: 05/2024